



14/16

**CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO "ESPAÇO INTERGERAÇÕES E CASA DA ASSOCIAÇÃO"**

No dia quatro, do mês de novembro, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICIPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 1ZY7, válido até 23/09/2019.

**SEGUNDO:**

**Jorge Manuel Barroso Ferreira dos Santos – Arquiteto, Unipessoal, Lda.**, com sede na Rua Conde de Aurora, n.º 130, 4º Direito, 4200-009 Paranhos – Porto, NIF e matrícula 514 107 200, neste ato legalmente representada por **Jorge Manuel Barroso Ferreira dos Santos**, portador do cartão de cidadão n.º 12548236 1ZY4, válido até 06/05/2020, qualidade e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sitio da internet <https://portaldaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

**Cláusula 1.ª**

**Objecto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a Elaboração do Projeto de Execução para a construção do "Espaço Intergerações e Casa da Associação", precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 26 de outubro de 2016, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 14 de outubro de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

**Cláusula 2.ª**

**Prazo de Execução**

Os serviços serão prestados no prazo de 30 dias, a contar da data de celebração do contrato.

**Cláusula 3.ª**

**Preço contratual**

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Setenta e quatro mil e duzentos euros (74.200,00 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Cláusula 4.ª**

**Pagamentos**

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

**Cláusula 5.ª**

**Caução**

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

**Cláusula 6.ª**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 7.ª**

**Prevalência**

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão

de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Dotação Orçamental**

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/020214, conforme proposta de cabimento n.º 2199, compromisso n.º 2757 e requisição externa de despesa n.º 1361.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Disposições Finais**

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 14 de outubro de 2016.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 – Certidão, obtida via internet e emitida pelo Serviço de Finanças do Porto em 28 de outubro de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 - Certidão, obtida via internet e emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 28 de outubro de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal do gerente da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

